



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682500 - SP (2021/0233470-2)

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**IMPETRANTE** : ABIGAIL REIS VALENTE  
**ADVOGADO** : ABIGAIL REIS VALENTE - SP408873  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : LUIS FERNANDO FERREIRA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DESPACHO

Cuida-se de *habeas corpus* sem pedido de liminar, impetrado em favor de LUIS FERNANDO FERREIRA, em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravamento em Execução Penal n. 0001270-94.2021.8.26.0496).

O Juízo da execução homologou o processo administrativo disciplinar e reconheceu a prática de falta grave, interrompendo o cálculo de penas para fins de progressão de regime e decretando a perda de 1/3 dos dias remidos.

Inconformada, a defesa interpôs agravo em execução, que foi parcialmente provido para determinar a perda de apenas 1/6 dos dias remidos.

A impetrante sustenta que a falta disciplinar praticada não poderia ser considerada grave, mas tão somente leve.

Ressalta que em outros casos idênticos a autoridade coatora atribuiu ao mesmo fato infração de natureza leve.

Requer a concessão da ordem para que a falta cometida pelo paciente seja considerada de natureza leve.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI  
Vice-Presidente, no exercício da Presidência